

## PROPOSTAS DE MELHORIA E DIREITO COMPARADO NO SUPORTE PEDAGÓGICO AOS PROFESSORES DE ALUNOS NEURODIVERGENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Yandra Katiuscia Moreira de Castro<sup>1</sup>  
Henrique Rodrigues Lélis<sup>2</sup>

**RESUMO:** O atendimento a alunos neurodivergentes demanda um tipo de capacitação e gestão específicas que não têm sido devidamente observadas pelas condições escolares da atualidade. A implementação prática dessas medidas tem sido marcada por lacunas significativas que findam por precarizar as condições de trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido em uma sala de aula inclusiva. Ao mesmo tempo, diversas práticas educacionais estrangeiras e nacionais localizadas despontam como possíveis orientações para o aprimoramento da assistência psicológica aos professores. O objetivo geral do artigo consiste em analisar propostas de melhoria oriundas do Direito Comparado que podem aperfeiçoar as condições de suporte à saúde mental dos professores da educação básica brasileira, responsáveis pelo ensino de estudantes neurodivergentes. A metodologia empregada vale-se de uma revisão bibliográfica extraída de livros e artigos científicos dentro de uma abordagem qualitativa. Resultados obtidos sugerem que exemplos internacionais e locais poderiam inspirar a implementação nacional de uma política pública pedagógica eficiente no sentido de garantir aos professores da educação básica a estrutura adequada para gerir salas de aula inclusivas.

1085

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Neurodivergência. Saúde mental dos professores.

**ABSTRACT:** Serving neurodivergent students demands a specific type of training and management that has not been adequately observed in current school conditions. This practical implementation of these measures has been marked by significant gaps that end up making the conditions of pedagogical work that must be developed in an inclusive classroom precarious. At the same time, several localized foreign and national educational practices emerge as possible guidelines for improving psychological assistance to teachers. The general objective of the article is to analyze improvement proposals arising from Comparative Law that can improve the conditions to support the mental health of Brazilian basic education teachers, responsible for teaching neurodivergent students. The methodology used uses a bibliographical review extracted from books and scientific articles within a qualitative approach. Results obtained suggest that international and local examples could inspire the national implementation of an efficient public pedagogical policy to guarantee basic education teachers the appropriate structure to manage inclusive classrooms.

**Keywords:** School inclusion. Neurodivergence. Teachers' mental health.

<sup>1</sup>Mestranda em Ciências Jurídicas, Veni Creator Christian University, 2025.

<sup>2</sup>Doutor em Sistemas de Informação Gestão do Conhecimento, FUMEC, 2023.

## INTRODUÇÃO

O cenário da educação básica brasileira apresenta desafios significativos relacionados à saúde mental e ao bem-estar dos professores do ensino fundamental. Esses profissionais enfrentam condições de trabalho marcadas por sobrecarga, baixos salários, indisciplina dos alunos e desvalorização profissional, fatores que têm contribuído para altos índices de adoecimento físico e psicológico. Neste contexto, as propostas de melhoria das políticas públicas voltadas para o suporte psicológico aos professores desempenham um papel central para reverter essa realidade e promover um ambiente educacional mais saudável e produtivo.

Embora a Constituição Federal assegure o direito fundamental à saúde e a Lei 13.935/2019 determine que o Poder Público garanta atendimento psicológico e socioassistencial nas escolas públicas de educação básica, a implementação prática dessas medidas tem sido marcada por lacunas significativas. Estudos indicam que há um déficit preocupante de profissionais da área de psicologia educacional no sistema público de ensino.

A literatura científica revisada apresenta evidências contundentes de que a sobrecarga de trabalho é um dos principais fatores psicossociais associados aos agravos à saúde mental docente. No contexto brasileiro, a intensificação do trabalho tem sido acompanhada pela precarização das condições laborais, marcada pela escassez de recursos pedagógicos, o aumento do número de alunos por sala, e a ampliação das jornadas de trabalho, frequentemente excedendo 40 horas semanais (Batista et al., 2010).

Além disso, outros fatores de risco, como o conflito entre vida profissional e pessoal, baixos índices de apoio social e a falta de clareza sobre o papel docente, têm contribuído para o desgaste emocional da categoria. No Brasil, a precarização do trabalho docente é agravada por problemas estruturais, como a desigualdade de acesso a recursos tecnológicos, que se tornou ainda mais evidente durante a pandemia de COVID-19. A transição abrupta para o ensino remoto expôs a falta de preparo técnico e emocional de muitos professores para lidar com novas exigências, além de acentuar as desigualdades regionais e institucionais (Cruz et al., 2020; UNESCO, 2020).

A ausência de políticas públicas adequadas para mitigar os impactos da precarização no trabalho docente e para promover a saúde mental dos professores é um

reflexo do descompasso entre as demandas educacionais e as ações do Estado. A literatura destaca que, enquanto a sobrecarga de trabalho, combinada à falta de suporte, tem levado a altos índices de absenteísmo, aposentadorias precoces e desistência da profissão (Batista et al., 2016; Seibt et al., 2013), iniciativas governamentais para reverter essa situação permanecem insuficientes. Apesar de o Ministério da Saúde do Brasil reconhecer a Síndrome de Burnout como uma das condições que mais afetam a categoria docente desde 1999, a implementação de programas específicos e abrangentes de assistência ainda não se consolidou como prática institucionalizada.

Ademais, a literatura também aponta que determinados grupos de professores são ainda mais vulneráveis aos agravos à saúde mental. Mulheres, especialmente solteiras e com maior escolaridade, apresentam maior predisposição ao adoecimento mental, muitas vezes em razão de papéis de gênero que acumulam sobrecargas familiares e profissionais, além de uma percepção mais crítica e detalhada das condições de trabalho (Batista et al., 2010; Fu et al., 2017; Hinz et al., 2016). Essa vulnerabilidade é agravada pela falta de políticas que reconheçam as especificidades de gênero e ofereçam suporte diferenciado às mulheres na educação.

Nos termos acima apresentados, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar propostas de melhoria oriundas do Direito Comparado que podem aperfeiçoar as condições de suporte à saúde mental dos professores da educação básica brasileira, responsáveis pelo ensino de estudantes neurodivergentes. Os objetivos específicos são: verificar as possíveis dissonâncias entre as atuais métricas definidas para a detecção da eficiência educacional e a forma como tais índices podem prejudicar a inclusão escolar; tecer um comparativo internacional das políticas públicas promotoras do ambiente escolar inclusivo em países sul-americanos; e avaliar experiências internacionais externas ao continente sul-americano exitosas que podem colaborar com o contexto da inclusão brasileira.

A metodologia adotada nesta dissertação está ancorada em uma revisão bibliográfica, por tratar-se de abordagem que permite articular e sintetizar as contribuições de diferentes estudos acadêmicos sobre o tema. O uso da revisão teórica justifica-se pela necessidade de construir uma análise ampla e crítica, capaz de abarcar a complexidade do problema e de identificar lacunas e convergências na literatura existente. A pesquisa bibliográfica, ou extraída de fontes secundárias, abrange toda a

“bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (Lakatos e Marconi, 2003).

Resultados obtidos sugerem que exemplos internacionais e locais poderiam inspirar a implementação nacional de uma política pública pedagógica eficiente no sentido de garantir aos professores da educação básica a estrutura adequada para gerir salas de aula inclusivas.

### **O Conflito Entre Métricas da Eficiência Educacional e a Inclusão Escolar**

A inclusão educacional no Brasil enfrenta desafios estruturais que dificultam sua concretização, sobretudo no que diz respeito aos estudantes neurodivergentes. Apesar de diretrizes legais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Plano Nacional de Educação (PNE), a implementação de políticas inclusivas ocorre em um contexto marcado por insuficiências na formação docente, precariedade de infraestrutura e prevalência de políticas públicas orientadas por um viés neoliberal produtivista.

Esse modelo de gestão, baseado em metas padronizadas e na busca por eficiência, compromete não apenas a qualidade do ensino inclusivo, mas também os direitos fundamentais dos discentes e a saúde física e mental dos professores. Conforme aponta Ball (2008), políticas educacionais influenciadas pela lógica de mercado tendem a transformar a educação em uma prática gerencialista, focada na prestação de contas, enquanto questões como equidade e inclusão são relegadas a um segundo plano.

No Brasil, a centralidade atribuída a instrumentos de accountability, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), reflete essa lógica gerencialista. O IDEB, criado para avaliar o desempenho escolar com base em indicadores como taxa de aprovação e médias de desempenho em exames padronizados, exerce forte influência sobre as práticas escolares (BRASIL, 2007).

Outro fator que agrava essa situação é a precarização da formação inicial dos professores no Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior de 2022, mais de 50% dos docentes em formação inicial cursam pedagogia e licenciaturas a distância (INEP, 2022). Embora o Ensino a Distância (EaD) possa ser uma ferramenta de

democratização do acesso à educação superior, ele apresenta limitações significativas na formação de competências práticas, essenciais para a atuação em contextos inclusivos. Estudos realizados por Gatti e Barreto (2011) já apontavam para a fragilidade dos cursos de formação inicial de professores no país, destacando a desconexão entre os conteúdos curriculares e as demandas reais da sala de aula. Essa situação compromete ainda mais a inclusão de alunos neurodivergentes, uma vez que a atuação docente requer um alto grau de preparação teórica e prática para lidar com as demandas desses estudantes.

Além disso, a crescente utilização de contratos temporários no setor público agrava a instabilidade na carreira docente. Dados do Censo Escolar de 2021 mostram que cerca de 30% dos professores no Brasil estão contratados em regimes temporários (INEP, 2021). Essa prática não apenas precariza as condições de trabalho, mas também dificulta o planejamento pedagógico e a implementação de estratégias de longo prazo para a inclusão escolar. Conforme destaca Apple (2018), a instabilidade no vínculo empregatício e a adoção de práticas de gestão orientadas pelo mercado limitam a autonomia docente e intensificam a pressão sobre os professores, tornando o ambiente escolar menos propício à inclusão efetiva.

A pressão por resultados, imposta pelas políticas gerencialistas, também tem impactos diretos na saúde mental dos professores. O burnout, caracterizado pela exaustão física e emocional, tornou-se um problema endêmico entre os docentes brasileiros. Nesse cenário, a sobrecarga de trabalho, combinada com baixos salários e falta de reconhecimento, aumenta significativamente os níveis de estresse e exaustão entre professores. Esse quadro é agravado pela falta de suporte institucional e psicológico, evidenciando uma lacuna nas políticas públicas voltadas para o bem-estar docente. A ausência de políticas de apoio à saúde mental dos professores compromete a qualidade do trabalho pedagógico e dificulta ainda mais a efetivação da inclusão de alunos neurodivergentes, que demandam atenção e suporte especializados.

### **Comparativo Internacional do Ambiente Escolar Inclusivo na América do Sul**

Os programas de apoio psicológico e de desenvolvimento profissional implementados na Colômbia oferecem exemplos valiosos de políticas educacionais voltadas para fortalecer o papel dos professores em contextos de adversidade social e

econômica. Essas iniciativas demonstram o impacto positivo de estratégias que integram suporte emocional e capacitação pedagógica, tanto para melhorar o bem-estar dos professores quanto para elevar o desempenho dos alunos.

Uma das iniciativas de destaque é uma intervenção baseada na Teoria da Autodeterminação aplicada em Medellín. O programa foi desenvolvido para capacitar professores de inglês a fomentar a autonomia e a motivação intrínseca de seus alunos. Durante o treinamento, os professores aprenderam a identificar e apoiar as necessidades psicológicas básicas dos estudantes, promovendo um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e motivador.

Outro exemplo relevante é o Programa Todos a Aprender (PTA), uma política nacional de desenvolvimento profissional iniciada em 2012 pelo Ministério da Educação da Colômbia. O PTA tem como principal objetivo reduzir desigualdades educacionais entre áreas urbanas e rurais, além de capacitar professores como líderes em suas comunidades escolares. O programa combina fornecimento de materiais didáticos de alta qualidade com treinamentos regulares e suporte contínuo aos educadores. Um aspecto inovador do PTA é o uso de tutores pedagógicos, que visitam escolas periodicamente para acompanhar o progresso dos professores, promovendo uma cultura de melhoria contínua. De acordo com avaliações de impacto realizadas por Raubenheimer et al. (2020), o programa resultou em um aumento significativo na porcentagem de alunos que alcançaram níveis satisfatórios ou avançados nos exames nacionais Saber, especialmente em regiões historicamente desfavorecidas. Além disso, o PTA é amplamente reconhecido como um modelo de sustentabilidade, pois conseguiu manter sua abrangência ao longo de mais de uma década, mesmo enfrentando desafios financeiros e logísticos.

Esses dois programas são exemplos claros de como políticas bem estruturadas podem apoiar tanto o desenvolvimento profissional dos professores quanto sua capacidade de enfrentar os desafios sociais e emocionais presentes no ambiente educacional. A intervenção baseada na Teoria da Autodeterminação enfatiza o papel de práticas pedagógicas que priorizam a motivação intrínseca e o bem-estar psicológico, enquanto o PTA demonstra como iniciativas de grande escala podem reduzir desigualdades educacionais e fortalecer a autonomia docente.

Já o Chile tem se destacado na América Latina por seus esforços em programas de apoio psicológico e desenvolvimento profissional de professores, com foco na melhoria da qualidade do ensino e do bem-estar dos educadores. Essas iniciativas oferecem insights relevantes para países como o Brasil, que enfrentam desafios semelhantes no campo educacional. Um exemplo notável foi um programa de desenvolvimento profissional voltado para professores de pré-escola, que apresentou impactos positivos significativos na qualidade emocional e instrucional das salas de aula. Estudos apontam que, após um ano de implementação, houve melhorias moderadas a grandes nos aspectos de suporte emocional e organização, e esses efeitos foram parcialmente sustentados ao longo de dois anos (Yoshikawa et al., 2015).

Outro exemplo de destaque no Chile foi o desenvolvimento de programas baseados em parcerias entre universidades e escolas. Tais programas, estruturados em um modelo de reflexão coletiva, têm se mostrado eficazes na promoção de mudanças nas práticas docentes e na ampliação da capacidade de autocrítica dos professores. Estudos revelam que essas iniciativas ajudaram os educadores a aprimorar suas abordagens pedagógicas e a enfrentar desafios em sala de aula. No entanto, os programas também enfrentaram dificuldades, como a necessidade de adaptação às demandas locais e à resistência inicial de alguns professores em implementar mudanças. A superação desses obstáculos evidencia a importância de um suporte contínuo e bem planejado, que considere o contexto específico de cada comunidade escolar (Grau et al., 2017).

Apesar desses avanços, há desafios a serem enfrentados. As melhorias observadas na qualidade das práticas pedagógicas ainda não resultaram em impactos substanciais nos resultados de aprendizagem dos alunos, o que reforça a necessidade de intervenções mais abrangentes e integradas. Além disso, a promoção de práticas reflexivas entre os professores exige esforços contínuos para superar resistências institucionais e culturais. Mesmo assim, o caso chileno demonstra que políticas educacionais bem estruturadas, combinadas com programas de capacitação e apoio psicológico, podem gerar melhorias significativas tanto na prática docente quanto no ambiente escolar.

Para o Brasil, as lições do Chile reforçam a importância de investir em formação docente contínua, aliada ao apoio psicológico aos educadores, especialmente

em contextos de alta vulnerabilidade social. Tais programas não apenas fortalecem a qualidade do ensino, mas também contribuem para o bem-estar dos professores, potencializando sua capacidade de atuar como agentes de transformação no ambiente escolar. Assim, estratégias como parcerias interinstitucionais e capacitações regulares podem ser adaptadas ao contexto brasileiro para promover avanços na educação pública e reduzir desigualdades no aprendizado.

### **Experiências de Suporte Mental aos Pedagogos Externas à América do Sul**

No contexto internacional, é possível identificar políticas bem-sucedidas que poderiam servir como referência para o Brasil. Na Finlândia, por exemplo, o foco em uma formação docente de alta qualidade, combinada com políticas de bem-estar no trabalho, tem contribuído para a criação de ambientes escolares inclusivos (Salokangas; Wermke, 2020). Além disso, a abordagem baseada no Universal Design for Learning (UDL), amplamente adotada em países como os Estados Unidos, demonstra ser uma estratégia eficaz para acomodar as necessidades de alunos neurodivergentes, ao criar práticas pedagógicas flexíveis e acessíveis a todos os estudantes (Cast, 2018).

1092

No entanto, para que essas práticas sejam adaptadas ao contexto brasileiro, seria necessário superar barreiras estruturais e reorientar as políticas públicas educacionais. A análise de experiências internacionais sobre políticas de apoio à saúde dos professores em países em desenvolvimento revela esforços diversos para mitigar os efeitos do estresse e do burnout no contexto educacional.

Essas experiências reforçam a necessidade de compromissos políticos e financeiros para sustentar e expandir programas de apoio psicológico para professores em países em desenvolvimento. Sem investimentos consistentes em formação docente, infraestrutura escolar e suporte técnico, políticas inclusivas correm o risco de permanecerem apenas no plano das intenções, incapazes de gerar mudanças efetivas no cotidiano escolar. Assim, a valorização dos professores e o fortalecimento de suas competências não devem ser vistos como ações complementares, mas como pilares fundamentais para a construção de sistemas educacionais mais justos e equitativos.

Os programas de apoio psicológico para professores na Índia são uma resposta emergente às crescentes demandas relacionadas à saúde mental escolar, com



iniciativas que buscam capacitar educadores a lidar com desafios psicológicos enfrentados por alunos e por eles mesmos. Essas intervenções são especialmente relevantes no contexto indiano, onde a saúde mental escolar (SMH) ainda está em estágio inicial de desenvolvimento, refletindo a necessidade de conscientização e treinamento contínuos.

Apesar dessas iniciativas promissoras, a Índia enfrenta desafios estruturais significativos na promoção da saúde mental escolar. A escassez de profissionais qualificados em saúde mental é um dos principais obstáculos, tornando essencial capacitar professores para atuarem como facilitadores de suporte psicológico. Além disso, há uma lacuna entre as políticas públicas e a prática cotidiana, dificultando a implementação de programas de apoio psicológico de maneira abrangente e sustentável (Kumar et al., 2009). Nesse sentido, o contexto de inclusão educacional agrava as pressões sobre os professores, que precisam lidar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, muitas vezes sem treinamento adequado (Melnik, 2020).

Outro aspecto crucial envolve o fortalecimento das redes de apoio social nas escolas, promovendo o engajamento profissional e a criação de sistemas de suporte colaborativos. A formação de parcerias entre escolas, órgãos governamentais e especialistas em bem-estar pode garantir a disseminação mais ampla de práticas eficazes. Em particular, a inclusão de módulos sobre saúde mental nos programas de formação inicial e continuada de professores é uma estratégia viável para preparar os educadores para lidar com demandas psicológicas no ambiente escolar.

Em resumo, os programas de apoio psicológico na Índia representam um avanço inicial, mas significativo, no fortalecimento da saúde mental dos professores. Essas iniciativas não apenas beneficiam os próprios educadores, mas também impactam positivamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos. No entanto, para garantir sua sustentabilidade, é necessário superar desafios estruturais, como a falta de recursos e profissionais treinados, e promover uma maior integração entre políticas públicas e práticas escolares. A experiência indiana fornece insights valiosos para outros países em desenvolvimento, reforçando a importância de investir no bem-estar dos professores como um componente essencial para a transformação educacional e social.

Os programas de apoio psicológico para professores na Zâmbia oferecem um modelo robusto de políticas públicas que podem ser relevantes para o contexto brasileiro, principalmente no enfrentamento dos desafios psicológicos enfrentados por professores e no cuidado de alunos vulneráveis. O país implementou duas iniciativas complementares que têm como foco a saúde mental e o bem-estar no ambiente escolar: o Programa de Diploma para Professores em Cuidado Psicossocial, Apoio e Proteção e o *Wellness4Teachers*.

O Programa de Diploma para Professores, uma intervenção de 15 meses, visa capacitar professores em práticas de cuidado psicossocial e proteção para criar ambientes escolares mais acolhedores e seguros, especialmente para crianças órfãs e em situações de vulnerabilidade. Durante o programa, os participantes são treinados em autocuidado, uso de recursos de ensino, promoção da segurança escolar, apoio social e equidade de gênero. Avaliações conduzidas por Kaljee et al. (2017) demonstraram resultados substanciais tanto para os professores quanto para os alunos.

Para os professores, o programa resultou em melhorias no bem-estar mental, maior engajamento nas práticas pedagógicas e um senso mais forte de apoio social. Já para os alunos, os resultados incluíram maior respeito nas relações interpessoais, redução de bullying e abusos sexuais, além de um maior foco em planejamento futuro. Em termos quantitativos, o programa foi implementado inicialmente em escolas governamentais em regiões específicas da Zâmbia, abrangendo dezenas de professores e impactando centenas de alunos diretamente.

Outro exemplo inovador é o programa *Wellness4Teachers*, uma intervenção baseada em mensagens enviadas por e-mail para educadores. Desenvolvido para combater o estresse, a ansiedade, o burnout e a depressão entre os professores, este programa foca no aumento da alfabetização em saúde mental e no desenvolvimento de resiliência. Segundo Agyapong et al. (2023), o programa envia mensagens diárias com dicas práticas de saúde mental e informações semanais mais aprofundadas. A intervenção está em fase de avaliação, mas espera-se que contribua para reduzir os sintomas de esgotamento emocional e promover a saúde psicológica dos professores em larga escala. As mensagens têm como objetivo não apenas educar, mas também criar uma rotina de suporte emocional para os participantes, com impactos esperados em suas práticas profissionais e pessoais.

A implementação desses programas não foi isenta de desafios. O Programa de Diploma para Professores encontrou obstáculos relacionados à integração com o sistema educacional nacional e às dificuldades logísticas, como a necessidade de recursos adicionais para expandir o alcance da intervenção. Entretanto, esforços estão sendo feitos para expandir o programa em nível nacional, com apoio de agências governamentais e organizações não governamentais, como relatado por Kaljee et al. (2017). O *Wellness4Teachers*, por sua vez, enfrenta o desafio de garantir adesão consistente dos professores ao programa, especialmente em áreas com acesso limitado à tecnologia. Apesar disso, ambas as iniciativas são exemplos de abordagens promissoras para lidar com o sofrimento psicológico no ambiente escolar.

Essas políticas públicas podem servir como referência para o Brasil, considerando desafios semelhantes enfrentados por professores em regiões vulneráveis. A criação de programas de apoio psicológico para educadores no Brasil, adaptados às realidades locais, poderia contribuir significativamente para a promoção de ambientes escolares mais saudáveis e inclusivos. Por exemplo, o modelo do *Wellness4Teachers* poderia ser adaptado para um formato de mensagens de WhatsApp ou SMS, considerando a alta penetração dessas tecnologias no país. Além disso, a formação psicossocial oferecida no Programa de Diploma para Professores pode ser integrada a programas de formação continuada para educadores brasileiros, com foco na capacitação para lidar com questões emocionais dos alunos e na melhoria da saúde mental dos próprios professores.

No continente africano, os programas de apoio psicológico têm sido implementados em contextos de extrema adversidade, como ambientes pós-conflito ou de profunda desigualdade social. Em países como Uganda e Quênia, iniciativas baseadas na criação de comunidades de suporte, por meio de círculos de discussão entre professores, mostraram-se eficazes para reduzir o estresse ocupacional e criar redes de solidariedade entre educadores. Esses espaços de diálogo permitem que os professores compartilhem suas dificuldades, colaborem na resolução de problemas e se sintam parte de uma rede de apoio. No Brasil, onde desafios semelhantes são encontrados em escolas localizadas em áreas periféricas, violentas ou economicamente vulneráveis, esse tipo de abordagem seria extremamente útil. Além disso, o fortalecimento de redes colaborativas entre professores poderia ajudar a mitigar os efeitos do isolamento

profissional, que ainda é uma realidade para muitos educadores brasileiros, especialmente em regiões remotas.

A América Latina oferece exemplos particularmente relevantes devido às semelhanças culturais e socioeconômicas com o Brasil. No México e na Argentina, por exemplo, programas que integram o desenvolvimento de habilidades socioemocionais ao uso de tecnologias digitais têm demonstrado eficácia em capacitar professores para lidar com desafios do ambiente escolar. Essas iniciativas destacam o valor do uso de plataformas digitais para ampliar o alcance da formação continuada, especialmente em regiões com infraestrutura limitada. No Brasil, onde a conectividade ainda é desigual, mas em crescimento, programas de treinamento remoto que integrem conteúdos voltados para a gestão de estresse e a resolução de conflitos seriam especialmente promissores. Esses programas poderiam ser estruturados para atender às especificidades das diferentes redes de ensino e promover o acesso a materiais didáticos, tutoria online e espaços virtuais de troca entre pares.

Os países europeus, por sua vez, demonstram que a integração institucional do apoio psicológico no sistema educacional pode ser uma abordagem transformadora. Na França, por exemplo, psicólogos escolares estão disponíveis não apenas para os alunos, mas também para os professores, oferecendo suporte contínuo em questões emocionais e organizacionais. Já na Finlândia, um dos sistemas educacionais mais bem-sucedidos do mundo, políticas focadas na prevenção do esgotamento docente e na criação de ambientes de trabalho colaborativos têm sido implementadas com sucesso. O Brasil, ao buscar inspiração nesses modelos, poderia desenvolver políticas públicas que tornem os serviços de apoio psicológico uma parte integral do sistema educacional, com profissionais capacitados disponíveis para atender às demandas emocionais dos professores. Além disso, a criação de condições de trabalho que promovam a colaboração e reduzam a sobrecarga burocrática seria essencial para melhorar a qualidade de vida dos educadores e sua eficácia em sala de aula.

Na Ásia, países como China e Japão oferecem abordagens inovadoras que integram o treinamento psicológico e o uso de tecnologia. Na China, programas curtos de treinamento em Capital Psicológico (PsyCap), realizados online, demonstraram impacto positivo no bem-estar emocional e na eficácia dos professores. Tais programas, que podem ser realizados em poucas horas, são acessíveis e eficientes,

especialmente para professores que enfrentam alta pressão em suas práticas diárias, como ocorre em contextos de educação inclusiva. No Japão, programas de gestão de estresse que combinam dramatizações, discussões em grupo e treinamentos de relaxamento mostraram-se eficazes para fortalecer o suporte social entre educadores, mesmo que os efeitos nas respostas fisiológicas ao estresse tenham sido limitados. No Brasil, onde a inclusão escolar ainda apresenta desafios significativos, iniciativas semelhantes poderiam ser adaptadas, utilizando tecnologias digitais para alcançar um maior número de educadores e promover práticas mais colaborativas e inclusivas.

Nos Estados Unidos, o Teacher Support Program (TSP) destacou-se por oferecer um conjunto diversificado de serviços, como sessões colaborativas de resolução de problemas, mentorias e consultas in loco. Uma das chaves para o sucesso do programa foi seu caráter voluntário e não avaliativo, o que reduziu resistências e incentivou a participação dos professores. Os educadores relataram benefícios significativos, como a redução do isolamento profissional, o fortalecimento da confiança e o desenvolvimento de estratégias práticas para enfrentar os desafios do dia a dia escolar (TSP, 2025). Essa abordagem holística seria especialmente útil no Brasil, onde professores frequentemente enfrentam condições de trabalho adversas e sentem-se desamparados diante de demandas excessivas. A implementação de um programa similar, adaptado às especificidades do contexto brasileiro, poderia melhorar não apenas a saúde mental dos educadores, mas também a qualidade do ensino, ao oferecer suporte técnico e emocional de maneira integrada.

Os programas de apoio psicológico para professores na China têm recebido crescente atenção, especialmente diante do impacto do estresse ocupacional sobre esses profissionais em contextos desafiadores, como a educação inclusiva e especial. Iniciativas variadas, desde treinamentos focados no desenvolvimento de habilidades psicológicas até intervenções voltadas para melhorar o suporte social, vêm sendo estudadas como formas de mitigar esses desafios e aumentar a eficácia dos professores.

Estudos recentes destacam o impacto positivo de treinamentos específicos para o fortalecimento do bem-estar psicológico dos professores. Um exemplo disso é o treinamento online em Capital Psicológico (PsyCap), que envolveu duas horas de atividades voltadas ao desenvolvimento de resiliência emocional e estabilidade psicológica entre os educadores. Os resultados demonstraram um aumento

significativo nos escores de PsyCap dos professores, o que se refletiu também em comportamentos mais proativos e colaborativos em sala de aula. Essa iniciativa sublinha o papel de programas de curta duração, mas com alta eficiência, na proteção do bem-estar dos professores e na melhoria da qualidade do ensino, especialmente em contextos de educação inclusiva (Shi & Sin, 2024).

Apesar dos avanços, desafios persistem no campo dos serviços psicológicos oferecidos aos professores. Um estudo realizado em Pequim, na China, revelou insatisfação generalizada entre os educadores quanto à qualidade dos serviços psicológicos disponíveis nas escolas. Em muitos casos, faltam psicólogos escolares certificados, com uma proporção de um profissional para cada 1.360 alunos, refletindo uma escassez significativa de recursos humanos e treinamento especializado. Essa situação compromete a capacidade das escolas de oferecer suporte adequado aos professores e alunos, sublinhando a necessidade de investimentos em infraestrutura e capacitação profissional (Wang et al., 2015).

Além disso, o estresse ocupacional continua sendo uma preocupação central entre os professores chineses, particularmente em áreas de educação especial e inclusiva. Estudos destacam que a pressão enfrentada pelos educadores impacta negativamente seu bem-estar mental, físico e desenvolvimento pessoal. Essa realidade exige não apenas maior suporte psicológico individual, mas também mudanças estruturais para lidar com as demandas do ensino em contextos de alta pressão (Guo et al., 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as iniciativas de incremento do suporte técnico e emocional dos professores de alunos neurodivergentes demonstrem progresso, há desafios importantes a serem enfrentados. O impacto direto na redução do estresse ocupacional destes profissionais e a melhoria do bem-estar emocional dos alunos ainda é limitado em muitos casos. Isso ressalta a necessidade de adaptações contínuas nos programas nacionais de suporte pedagógico, maior integração com as realidades práticas dos professores e uma ênfase mais forte em medidas quantitativas para avaliar a eficácia das intervenções.

Os achados evidenciam a relevância de estratégias de apoio mental que combinem abordagens personalizadas, uso de tecnologia e foco em habilidades práticas. Além disso, a continuidade dos estudos e a implementação de políticas públicas voltadas para a saúde psíquica dos professores são cruciais para enfrentar os desafios inerentes à profissão docente, promovendo ambientes escolares mais saudáveis e eficazes.

Essas experiências revelam a diversidade de abordagens que podem ser adotadas por países em desenvolvimento para abordar o bem-estar dos professores. Em comum, destacam-se elementos como a acessibilidade dos serviços, o foco em intervenções de baixo custo e a adaptação das políticas às necessidades e restrições locais. Ao observar essas práticas, percebe-se que o fortalecimento da saúde mental docente exige não apenas intervenções específicas no nível individual, mas também mudanças estruturais que mitiguem os fatores de estresse e precarização que caracterizam os sistemas educacionais de contextos economicamente vulneráveis.

Os programas de apoio psicológico para professores desenvolvidos em diferentes partes do mundo oferecem lições valiosas para enfrentar os desafios do sistema educacional brasileiro. Embora os contextos sociais, econômicos e culturais variem, há uma convergência clara em relação aos problemas enfrentados pelos docentes: altos níveis de estresse, esgotamento emocional, pressões institucionais e falta de suporte adequado. Ao analisar iniciativas implementadas na África, América Latina, Europa, Ásia e América do Norte, é possível identificar estratégias adaptáveis e promissoras para a realidade brasileira, que sofre com problemas estruturais e sistêmicos na educação.

A partir dessas experiências internacionais, emergem lições fundamentais para o Brasil. Em primeiro lugar, a criação de espaços de suporte colaborativo, onde os professores possam compartilhar suas experiências e buscar soluções conjuntas, é essencial para reduzir o estresse ocupacional e fortalecer a coesão entre os educadores. Em segundo lugar, é imprescindível integrar o apoio psicológico ao sistema educacional, com a presença de profissionais capacitados em escolas e o uso de tecnologias digitais para ampliar o alcance das intervenções. Por fim, é necessário considerar a diversidade e as desigualdades regionais ao desenvolver políticas públicas, adaptando as iniciativas às realidades específicas das redes de ensino.

Em suma, os modelos globais de apoio psicológico para professores oferecem um conjunto de estratégias valiosas que podem ser adaptadas ao contexto brasileiro, contribuindo para o fortalecimento da saúde mental e da eficácia dos educadores. No entanto, para que essas lições sejam efetivamente implementadas, é fundamental que haja um compromisso político e institucional dos setores interessados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEWUYA, A.; MAKANJUOLA, R. Preferred treatment for mental illness among Southwestern Nigerians. **Psychiatric Services**, v. 60, n. 1, p. 121-124, 2015.

AGYAPONG, B., OBUOBI-DONKOR, G., BURBACK, L., & WEI, Y. (2023). Burnout and associated psychological issues among teachers: A Scoping Review. **European Psychiatry**, 66, S948-S949.

AMOD, Z. A collaborative problem-solving psychoeducational approach implemented in underresourced South African schools. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, v. 29, p. 423-443, 2018.

APPLE, M. W. **Can education change society?** New York: Routledge, 2018.

BALL, S. J. The teacher's soul and the terrors of performativity. **Journal of Education Policy**, v. 18, n. 2, p. 215-228, 2003.

BATISTA, J. B. V., CARLOTTO, M. S., COUTINHO, A. S., & AUGUSTO, L. G. D. S. Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 13, 502-512, 2010.

BATISTA, J. B. V., CARLOTTO, M. S., OLIVEIRA, M. N., ZACCARA, A. A. L., BARROS, E. O., & DUARTE, M. C. S. Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, 8(2), 4538-4548, 2016.

BRASIL. **Censo da Educação Superior de 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Congresso Nacional: Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.



BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL (Ministério da Educação). Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 12 fev. 2025.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2.** Wakefield, MA: CAST, 2018. Disponível em: <http://www.cast.org>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CRUZ, R. M.; ANDREONI, S.; PESCA, A. D. Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19. **Revista Polyphonia**, v. 31, n. 1, p. 325–344, 2020.

DONOHUE, D.; BORNMAN, J. The challenges of realising inclusive education in South Africa. **South African Journal of Education**, v. 34, n. 2, 2014.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: Impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.

GRAU, V.; CALCAGNI, E.; PREISS, D.; ORTÍZ, D. Teachers' professional development through university–school partnerships: Theoretical standpoints and evidence from two pilot studies in Chile. **Cambridge Journal of Education**, v. 47, p. 19–36, 2017.

GUO, J.; LIU, Y.; CHEN, Y.; CHAI, G.; ZHAO, X. Psychological support for public-funded normal students engaged in teaching professions. **Frontiers in Psychology**, v. 13, 2022.

HINZ, A.; ZENGER, M.; BRÄHLER, E.; SPITZER, S.; SCHEUCH, K.; SEIBT, R. Effort-reward imbalance and mental health problems in 1074 German teachers, compared with those in the general population. **Stress and Health**, v. 32, n. 3, p. 224–230, 2016.

KALJEE, L.; ZHANG, L.; LANGHAUG, L.; MUNJILE, K.; TEMBO, S.; MENON, A.; STANTON, B.; LI, X.; MALUNGO, J. A randomized-control trial for the teachers' diploma programme on psychosocial care, support, and protection in Zambian government primary schools. **Psychology, Health & Medicine**, v. 22, p. 381–392, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELNIK, O. The Program of Psychological and Pedagogical Support in the Conditions of the Formation of Teachers' Readiness for the Implementation of Inclusion. **Вестник практической психологии образования**, 2020.

RAUBENHEIMER, C.; ROSENZVIT, M.; OSPINA, L.; KIM, R. Supporting teacher professional development: Program sustainability in Colombia. In: **Empowering Teachers to Build a Better World**. Springer, 2020.

REUTOVA, E. From the experience of using innovative forms to improve the competencies of teachers and specialists of psychological and pedagogical support. **Вестник практической психологии образования**, 2019.

SALOKANGAS, M.; WERMKE, W. Exploring trust and autonomy in teacher professionalism. **Oxford Review of Education**, v. 46, n. 5, p. 563–581, 2020.

SHI, Y., & SIN. Exploring the effects of web-based psychological capitals training on teachers' PsyCap development, emotional stability, and support: Evidence from Chinese inclusive education. **Plos One**, 19, 2024.

TEACHER SUCCESS PLATFORM LTD. **Teacher Support Program**. Disponível em: <https://teachersuccess.co.uk/> Acesso em: 21 fev. 2025.

WANG, C., NI, H., DING, Y., & YI, C. Chinese teachers' perceptions of the roles and functions of school psychological service providers in Beijing. *School Psychology International*, v. 36, p. 77–93, 2015.

WESTHUIZEN, S., TOIT, D., & MERWE, N. Effects of an in-service training and support programme on teachers' perceptions of physical education and their teaching effectiveness. *Journal of Physical Activity and Health*, v. 26, p. 97–112, 2020.

YOSHIKAWA, H., LEYVA, D., SNOW, C., TREVIÑO, E., BARATA, M., WEILAND, C., GOMEZ, C., MORENO, L., ROLLA, A., D'SA, N., & ARBOUR, M. Experimental impacts of a teacher professional development program in Chile on preschool classroom quality and child outcomes. *Developmental Psychology*, v. 51, n. 3, p. 309–322, 2015.